



GT 06 – Participação Social, Autoritarismo e Disputas pelo Direito à Cidade no contexto do neoliberalismo

DISPUTAS POLÍTICAS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA RECONFIGURAÇÃO DO CENTRO DE GOIÂNIA

Luciana Rodrigues de Oliveira¹
Ludmila Ingrid Rosa Melo²

1 INTRODUÇÃO

O Setor Central de Goiânia, espaço inaugural da capital planejada nos moldes modernistas da década de 1930, vem passando por profundas transformações urbanas, sociais e políticas ao longo das últimas décadas. Se no início simbolizava o ideal de progresso, monumentalidade e racionalidade urbana, com o tempo, o centro foi sendo marcado por processos de esvaziamento populacional, degradação física e perda de centralidade econômica e simbólica. Esse movimento de descentralização, intensificado a partir da segunda metade do século XX, refletiu dinâmicas urbanas mais amplas, como a expansão periférica desordenada, a especulação imobiliária e a concentração de investimentos em áreas específicas da cidade, em detrimento das regiões consolidadas.

Nas últimas décadas, diversos governos municipais têm tentado intervir no Setor Central com propostas de “revitalização”, geralmente pautadas por discursos de modernização e requalificação urbana. A mais recente dessas iniciativas é o programa Centraliza³, que reúne um conjunto de medidas como incentivos fiscais, flexibilização do uso do solo e obras de requalificação do espaço público. A proposta, no entanto, tem gerado polêmica ao ser criticada por priorizar os interesses do mercado imobiliário e desconsiderar a participação efetiva dos moradores, trabalhadores informais, movimentos sociais e demais sujeitos que historicamente compõem o tecido urbano do Centro.

Nesse contexto, o debate sobre o direito à cidade — conceito formulado por Henri Lefebvre⁴ e ampliado por diversos autores e movimentos sociais — torna-se essencial para compreender as disputas que atravessam a reconfiguração do Centro de Goiânia. O direito à cidade não se resume ao acesso físico ao espaço urbano, mas envolve a possibilidade de

1 Doutoranda e mestra em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Pós-graduanda em Gestão Pública Municipal pela Universidade de Brasília (UnB). Graduada em Direito pela UFG. Assessora Parlamentar na Câmara Municipal de Goiânia. rloliveira17@gmail.com

2 Pós-graduanda em Gestão Pública Municipal pela Universidade de Brasília (UnB). Cientista Política pela UnB. Graduada em Direito pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Assessora Parlamentar na Câmara Municipal de Goiânia. ludmelo.pol@gmail.com

3 GOIÂNIA. Prefeitura Municipal de Goiânia. Programa Centraliza: Projeto de Lei Complementar nº 18/2023. Disponível em: <https://www.goiania.go.gov.br>. Acesso em: 25 jun. 2025.

4 LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.



participar ativamente da produção e gestão da cidade, influenciar decisões públicas e garantir a permanência de populações vulnerabilizadas nos territórios onde vivem e trabalham. Assim, pensar o Centro de Goiânia exige enfrentar questões de justiça territorial, memória urbana e democracia participativa.

A relação entre políticas neoliberais e gestão urbana também emerge como eixo central da análise. Conforme argumentam autores como David Harvey⁵, a cidade tem sido cada vez mais gerida sob uma lógica empresarial, onde o espaço urbano é transformado em mercadoria e os investimentos públicos são direcionados a áreas com maior potencial de retorno financeiro⁶. A neoliberalização do urbano promove exclusão socioterritorial e invisibiliza usos populares da cidade. Em Goiânia, o programa Centraliza exemplifica essa lógica ao priorizar a valorização imobiliária em vez de políticas integradoras e participativas.

Diante desse cenário, este trabalho propõe uma análise crítica da atual política de intervenção no Setor Central, com foco nas tensões entre participação social, revalorização econômica e direito à cidade. Ao articular aportes teóricos e empíricos, busca-se compreender em que medida o processo de “revitalização” em curso reproduz lógicas excludentes ou, alternativamente, abre possibilidades para a construção de uma cidade mais justa, democrática e plural. A investigação parte do pressuposto de que disputar o Centro é, também, disputar o modelo de cidade que se deseja construir.

2 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

O Setor Central de Goiânia, projetado na década de 1930 por Attilio Corrêa Lima, foi idealizado como símbolo da modernidade republicana e expressão do urbanismo monumental racionalista. Sua configuração original previa espaços amplos, praças cívicas e a concentração das funções administrativas e institucionais do Estado de Goiás⁷. No entanto, ao longo das décadas, a cidade expandiu-se em direção às periferias, impulsionada por políticas habitacionais voltadas à ocupação horizontal e pelo fortalecimento de interesses privados na produção do espaço urbano, especialmente após os anos 1950⁸. Tal expansão

5 HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

6 ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

7 MANSO, Cláudia Damasceno. **A invenção de Goiânia: realidades, simbolismos e contradições da construção da nova capital de Goiás**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, v. 28, p. 122-139, 2018.

8 VILARINHO, Luana Chaves. **Descentralização do centro de Goiânia (1950-1980)**. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 40, v. 2, p. 39-58, jul./dez. 2018.



gerou uma dinâmica de descentralização que esvaziou o Centro de população residente, diversificação de usos e investimentos públicos⁹.

Esse processo resultou em um cenário de degradação progressiva do tecido urbano central, com imóveis ociosos, retração do comércio local, perda de equipamentos culturais e precarização das infraestruturas básicas¹⁰. A Praça Cívica e a Avenida Goiás, outrora símbolos da centralidade urbana, tornaram-se espaços esvaziados, com forte presença de populações vulnerabilizadas e usos fragmentados¹¹. Em resposta, sucessivas gestões municipais propuseram projetos de revitalização que, em sua maioria, falharam em garantir a permanência e a inclusão dos sujeitos historicamente ligados ao território.

O mais recente desses esforços é o programa Centraliza, lançado em outubro de 2023 pela Prefeitura de Goiânia. A proposta promete requalificar o Setor Central por meio de incentivos fiscais, criação de um conselho gestor e obras de infraestrutura, incluindo a revitalização de espaços como o Bosque dos Buritis e o Jóquei Clube¹². Apesar da aprovação institucional do programa, urbanistas e entidades civis criticam a priorização de incentivos econômicos, como isenções fiscais, em vez de investimento público direto, além da falta de participação popular e do estímulo a estacionamentos privados.

O Centraliza repete padrões de "adoção" da cidade pelo setor privado, quando, na verdade, a gestão pública deveria assumir sua responsabilidade na manutenção do espaço urbano, conforme é discutido por Rolnik¹³. Neste contexto, este artigo parte da pergunta: quais os limites e possibilidades do Centraliza como política de revitalização urbana do Centro de Goiânia à luz da justiça socioterritorial e da participação social? Para isso, propõe-se uma análise crítica do projeto em curso, articulando os debates sobre neoliberalização urbana, esvaziamento da esfera pública e resistência democrática na produção da cidade.

9 LIMA, Leandro Oliveira de. **A cidade e seus sujeitos: a produção urbana em Senador Canedo e os reflexos metropolitanos em Goiânia. 2021.** Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.

10 REVISTA MOSAICO. **Goiânia, retorno ao centro: patrimônio, memória e revitalização.** v. 14, p. 80–94, 2021.

11 GRANDE, Ivan Oliveira de; BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. **Contradições no centro tradicional de Goiânia: usos e transformações no espaço da Praça Cívica e Avenida Goiás.** Revista Percursos, v. 16, n. 30, p. 74-98, jan./abr. 2015.

12 IPPU-GO. **Programa Centraliza Goiânia: proposta de revitalização do Setor Central.** Goiânia: Prefeitura Municipal, 2023.

13 ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças.** São Paulo: Boitempo, 2015.



3. CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória histórica do Setor Central de Goiânia evidencia como as transformações urbanas não ocorrem de forma neutra, mas são moldadas por disputas políticas, interesses econômicos e diferentes projetos de cidade. Desde sua fundação, o Centro simbolizou a modernidade planejada, mas foi progressivamente esvaziado de população e investimentos públicos à medida que o modelo urbano horizontal e periférico se consolidou. Esse processo resultou em um território marcado pela fragmentação de usos, pela degradação de equipamentos e pela presença de populações vulnerabilizadas que resistem à invisibilização e ao abandono institucional.

A análise aqui proposta demonstra que a reconfiguração do Centro deve ser compreendida como um campo de disputa entre diferentes formas de produzir e gerir a cidade. De um lado, políticas de cunho neoliberal têm se afirmado por meio da valorização econômica do solo, da transferência de responsabilidades ao setor privado e da centralização de decisões em instâncias tecnocráticas. De outro, emergem demandas por justiça territorial, reconhecimento de memórias urbanas e ampliação dos mecanismos de participação popular. A tensão entre essas lógicas revela os limites das estratégias que tratam a cidade como mercadoria e aponta a urgência de repensar os fundamentos do planejamento urbano.

Nesse sentido, revitalizar o Centro de Goiânia não pode se restringir à recuperação física de imóveis ou à dinamização do comércio local. É preciso compreender esse território como um espaço vivo, complexo e socialmente diverso, cuja permanência de moradores, trabalhadores informais, frequentadores e manifestações culturais deve ser garantida por políticas públicas integradoras. A valorização do patrimônio urbano e da cultura local, o fortalecimento de equipamentos públicos e a escuta ativa da população são elementos essenciais para qualquer proposta que se proponha verdadeiramente transformadora.

Conclui-se, portanto, que as disputas políticas em torno do Setor Central de Goiânia refletem conflitos mais amplos sobre o modelo de cidade que se quer construir. Em vez de um espaço funcionalizado para os interesses do capital, o Centro pode e deve ser reimaginado como território de cidadania, memória e pertencimento. Isso exige compromissos efetivos com a gestão democrática, a inclusão social e a construção coletiva de soluções urbanas, capazes de romper com a lógica histórica de exclusão e promover uma cidade mais justa, plural e acessível a todos.

REFERÊNCIAS

GOIÂNIA. Prefeitura Municipal de Goiânia. Programa Centraliza: Projeto de Lei Complementar nº 18/2023. Disponível em: <https://www.goiania.go.gov.br>. Acesso em: 25 jun. 2025.



GRANDE, Ivan Oliveira de; BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. **Contradições no centro tradicional de Goiânia: usos e transformações no espaço da Praça Cívica e Avenida Goiás**. Revista Percursos, v. 16, n. 30, p. 74-98, jan./abr. 2015.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

IPPU-GO. **Programa Centraliza Goiânia: proposta de revitalização do Setor Central**. Goiânia: Prefeitura Municipal, 2023. Disponível em: <https://www.goiania.go.gov.br/wp-content/uploads/2024/04/CENTRALIZA-COMPLETO.key.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2025

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MANSO, Cláudia Damasceno. **A invenção de Goiânia: realidades, simbolismos e contradições da construção da nova capital de Goiás**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, v. 28, p. 122-139, 2018.

REVISTA MOSAICO. **Goiânia, retorno ao centro: patrimônio, memória e revitalização**. v. 14, p. 80–94, 2021.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

VILARINHO, Luana Chaves. **Descentralização do centro de Goiânia (1950-1980)**. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 40, v. 2, p. 39-58, jul./dez. 2018.